



A CORRELAÇÃO SINTAXE-SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA NA VERTENTE DO FUNCIONALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Aymmée Silveira Santos

Universidade Federal da Paraíba –UFPB, aymmesst@gmail.com

Resumo: O Funcionalismo é uma vertente dos estudos linguísticos que considera a linguagem como instrumento de comunicação e interação social, tendo como objeto de estudo o seu uso real. Ao conceber que a descrição e entendimento do uso das formas linguísticas devem considerar, além da estrutura sintática, os aspectos pragmático-discursivos, o paradigma funcional se diferencia das correntes linguísticas puramente prescritivas ou descritivas, adotadas de modo hegemônico nas instituições de ensino da língua portuguesa, durante muito tempo. Devido a isso, ainda hoje, muitos professores têm dificuldade em aplicar perspectivas de ensino do português brasileiro que considerem o contexto de uso como algo relevante para os estudos sintáticos. O presente trabalho objetiva ressaltar a interdependência existente entre sintaxe, semântica e pragmática, com base, especificamente, na vertente do Funcionalismo Norte-americano, elucidando a importância da utilização desta corrente linguística no ensino do português brasileiro. Selecionamos um aspecto da língua - o uso dos conectores comparativos, na busca de demonstrar, de modo sucinto, como explorá-lo, nas escolas, à luz do Funcionalismo. Para isso, serão expostos alguns fundamentos e estudos funcionalistas, desenvolvidos por estudiosos como Neves (2017), Furtado da Cunha e Costa (2009) e Pezzati (2009). O artigo demonstra ser perceptível que a língua não se reduz a um simples conjunto de elementos que se articulam, refletindo na importância de ensino de gramática a partir dos contextos de uso.

Palavras-chave: sintaxe, contextos de uso, Funcionalismo, ensino de gramática.

Introdução

Durante muito tempo, a gramática foi vista como separável do discurso, através de ideias defendidas por correntes linguísticas puramente formalistas (Estruturalismo e Gerativismo). Devido a isso, havia uma dissociação entre forma e uso para a explicação de fenômenos sintáticos, pois a sintaxe não era estudada como reflexo das funções comunicativas veiculadas pela frase. Essa visão formalista dos estudos linguísticos refletiu nas instituições escolares, uma vez que o ensino de língua portuguesa foi conduzido, durante muito tempo, a partir de uma gramática tradicional (ou normativa, prescritiva), indicando as regras que devemos seguir para falarmos e escrevermos



“corretamente”, ou de uma gramática descritiva, com o registro e descrição dos fatos da língua, levando em conta o sistema linguístico a partir dos aspectos morfosintático, lexical e fonético-fonológico.

É necessário reconhecer, no entanto, que, embora as correntes formalistas tenham assumido uma concepção de língua autônoma e sistemática em seus estudos, não deixam de admitir a importância de teorias do uso e do significado para uma teoria da língua, tal como demonstram as palavras de Dillinger (1991):

Ao mesmo tempo em que ele [Chomsky] reconhece a importância de teorias do uso e do significado para uma teoria da língua, parece acreditar que a melhor estratégia é estudar as características estruturais das línguas para depois relacioná-las ao significado e a seu uso. (DILLINGER, 1991, p. 397)

Além disso, apesar de ser muito importante termos contato com as perspectivas formalistas de gramática, principalmente no que diz respeito às circunstâncias especiais de convívio social que exigem que falemos e escrevamos de acordo com o padrão formal em voga, vale salientar a necessidade e importância dos fatores sociais, culturais e históricos, aos quais, nós falantes da língua, estamos sujeitos, para a compreensão dos fenômenos sintáticos. Consequentemente, surge a relevância de inserir uma perspectiva de ensino de gramática que considere os contextos de uso nas instituições escolares.

Com a finalidade e necessidade de analisar a sintaxe além de suas estruturas, o paradigma funcional concebe a linguagem como instrumento de comunicação e interação social, tendo como objeto de estudo o seu uso real. Relevante, porém, é perceber que uma descrição puramente exterior das funções linguísticas, distanciada da análise da estrutura linguística se configuraria como insuficiente para os estudos linguísticos. A função, portanto, não deve ser vista como totalmente independente de forças externas, mas como resultado da interação entre forças internas e externas a seu sistema, de modo que os aspectos pragmático-discursivos também são essenciais para a descrição e entendimento do uso das formas linguísticas.

É nesse cenário que se torna indispensável a interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático para a explicação de usos da língua feitos pelos falantes. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar a interdependência existente entre sintaxe, semântica e pragmática, com base, especificamente, na vertente do Funcionalismo Norte-americano, elucidando a importância da utilização desta corrente linguística no ensino do português



brasileiro. Selecionamos um aspecto da língua - o uso dos conectores comparativos, na busca de demonstrar, de modo sucinto, como explorá-lo, nas escolas, à luz do Funcionalismo.

Metodologia

Este trabalho organiza-se em três seções. Inicialmente, serão apresentadas informações relevantes a respeito do que é sintaxe e de sua relação com o Funcionalismo Norte-americano. Em seguida, serão descritos alguns estudos funcionalistas que contribuíram e contribuem para o reconhecimento da importância da pragmática nos estudos sintáticos, ao considerar a linguagem em uso no contexto social. Ao final, será demonstrado, de modo sucinto, como trabalhar nas escolas, à luz do Funcionalismo, os conectores comparativos¹, através de recortes de entrevistas. Os exemplos utilizados, nesta seção, de usos orais de conectores comparativos foram retirados do *corpus* Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB e do *corpus* Discurso e Gramática - D&G, desenvolvido em Natal-RN.

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo-interpretativista, tendo em vista que não apenas descreve, mas também busca interpretar os dados observados e registrados, estudando “as relações entre as variáveis de um determinado fenômeno, sem as manipular” (RODRIGUES, 2006, p.90).

1. O diálogo sintaxe-semântica-pragmática e o Funcionalismo norte-americano

A Sintaxe, ramo da linguística que corresponde aos estudos dos processos geradores e combinatórios através dos quais as palavras compõem as sentenças nas diversas línguas naturais, originou-se do termo grego *sintaxis* (ordem, disposição) e teve como um dos principais estudiosos o filósofo Aristóteles, que primeiro dividiu a frase em *sujeito* e *predicado*. A sua autonomia enquanto disciplina linguística decorre, sobretudo, no início do século XX, com as ideias de Saussure, que muito contribuiu na descrição das diferentes línguas ao desenvolver uma ciência da *langue*, sem, no entanto, desconsiderar o fato de que a linguística é em si mesma de essência dupla, isto é, linguística da língua e linguística da fala (ou do discurso).

De acordo com Perini (1996, p. 50), a sintaxe trata “da estrutura interna de uma língua – aquilo que a distingue das outras línguas do mundo, e que não decorre diretamente de condições da

¹ A proposta desenvolvida neste artigo decorre de trabalho de dissertação de Mestrado elaborado por Santos (2017) sobre o processo de gramaticalização dos itens *tipo* e *feito*.



vida social ou do conhecimento do mundo”. Nesse sentido, os usuários do português brasileiro admitem, por exemplo, a sentença “O gato comeu o rato”, ao mesmo tempo em que não admitem “Gato o comeu rato o”, pois apreendem o fato de os artigos funcionarem estruturalmente como determinantes, devendo, portanto, precederem o sujeito na sentença. No entanto, estudiosos da língua observaram e vêm observando determinadas construções sintáticas que não podem ser compreendidas tão somente enquanto sistema regular, uma vez que dependem do contexto em que estão sendo utilizadas, isto é, dos usos reais dos falantes, para que sejam operadas. Nessa perspectiva, torna-se relevante destacar as contribuições do Funcionalismo norte-americano para os estudos da interface sintaxe-semântica-pragmática.

Ao considerar o indivíduo o elemento central para as discussões linguísticas, o Funcionalismo Norte-americano surge nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, dando destaque para o trabalho de linguistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. Essa corrente linguística propõe a interação entre aspectos estruturais e funcionais da linguagem, além de considerar que a linguagem necessariamente tem que passar pelo sistema neuronal (biológico). Para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Leva-se em conta, portanto, que os fatores discursivos, como os contextos específicos de uso e os propósitos comunicativos dos interlocutores, contribuem para a codificação sintática, devendo a pragmática ser incorporada à gramática.

Oliveira e Votre (2009, p. 105) salientam que o conceito de discurso, modernamente, faz referência “às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão”. Já o conceito de “gramática”, conforme entendem os mesmos estudiosos, é associado ao “conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso”. Conseqüentemente, as ideias de liberdade/ autonomia voltam-se ao discurso e, as noções de sistematização/regularização, relacionam-se à noção de gramática. No entanto, os autores salientam que discurso e gramática estão imbricados:

(...) os fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza. Em outros termos, uma vez sistematizados, os constituintes gramaticais são usados conforme as condições interacionais, são dependentes de fatores que marcam as práticas envolvidas no uso. (p. 105)

Tal ideia também é defendida por Martelotta, Votre e Cezario (1996), que relacionam pressões cognitivas à gramática e pressões de uso ao discurso. Para esses linguistas, as pressões



cognitivas são uma das causas que leva a gramática a apresentar um aspecto mais regular, é consequência do modo como os falantes organizam mentalmente as informações decorrentes da interpretação do mundo. Já as pressões de uso estão relacionadas a um complexo de interesses e necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que podem compreender, primeiro, os propósitos comunicativos do falante em ser expressivo e informativo e, segundo, o fenômeno da existência de lacunas nos paradigmas gramaticais.

Assim, a gramática inclui tanto as operações internas à oração, como a construção sujeito-predicado e aspectos semânticos, como agente-paciente, quanto as entidades interacionais que configuram a força ilocucionária enunciativa e que são operadas sintaticamente.

Segundo Neves (2001, p. 39), “a função das formas linguísticas parece desempenhar um papel predominante”, o que leva os funcionalistas a analisá-las para além de suas estruturas. A função, portanto, não deve ser vista como totalmente independente de forças externas, mas como resultado da interação entre forças internas e externas a seu sistema, de modo que os aspectos pragmático-discursivos também são essenciais para a descrição e entendimento do uso das formas linguísticas.

Nesse mesmo viés de pensamento, Pezatti (2004), o paradigma funcional, ao conceber a linguagem como instrumento de comunicação e interação social, tem como objeto de estudo o seu uso real:

O princípio de que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática entre ambos. (p. 168)

Tais experiências contribuem para incrementar a regularização e a sistematização de formas e funções, e com o ajuste de formas gramaticais para buscar a convergência entre a emissão pelo falante e a interpretação do ouvinte.

2. Descrição sintático-semântica e discursiva de sentenças com base no Funcionalismo Norteamericano

Conforme já foi asseverado, os estudos funcionalistas vêm demonstrando a relação de interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático na análise linguística. Furtado da Cunha e Costa (2009), em pesquisa realizada, elucidam o fato de que os aspectos sintáticos e semânticos estão relacionados à estrutura argumental do predicado e os fatores pragmáticos também



atuam sobre a codificação dessa estrutura. Para isso, ilustram exemplo referente à transitividade verbal, em que a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos. Em *O doente não come nem bebe* os verbos *comer* e *beber* deixam de ser transitivos, como em *comer carne* e *beber vinho*, passando a ser classificados como intransitivos. A Linguística Funcional Norte-Americana entende transitividade não como uma propriedade categórica do verbo, mas como uma propriedade gradiente da cláusula como um todo, uma vez que está sujeita a fatores que ultrapassam o âmbito sintagma verbal.

Neves (2017, p.34) apresenta as várias possibilidades de análise da negação, uma operação atuante no nível sintático-semântico, mas também pragmático, ao ser utilizada como instrumento de interação dotado de intencionalidade. Segundo a autora, a operação de negar cria efeitos pragmático-discursivos “na direção de negar (formalmente) para acentuar (semântico-pragmaticamente)”, através da construção cristalizada *não é que*, podendo marcar exclamação, vista em “E não é que a grade cedeu mesmo!” (EG-R), ou interrogação, como em “Não é que ele estava de peruca?” (FSP-J).

A negação também pode funcionar como “um verdadeiro jogo argumentativo”. Nas palavras da linguista “A conexão estabelecida faz esperar uma afirmação substituidora que possa vir tomar o lugar do que foi descartado (com a negação), ficando praticamente acertada entre as partes a validade do polo positivo em sequência ao negativo” (p.34). Ou seja, a informação posterior à negação é que será aceita, pois interpretamos implicitamente a construção adversativa *mas sim* na segunda informação, como ocorre na sentença apresentada pela autora: “Absolutamente não é o que está declarado nesta oração inicial, é o que está declarado na oração seguinte”.

3. Proposta de ensino de conectivos comparativos na vertente do Funcionalismo

As gramáticas tradicionais, como a desenvolvida por Sacconi (1983), ao discorrerem sobre as conjunções comparativas (ou conectivos comparativos), apresentam serem aquelas que “iniciam orações subordinadas que se constituem no segundo elemento de uma comparação” (1983, p. 196). Para melhor explicar, citam termos cristalizados como comparativos, “*que* ou *do que* (após *mais*, *menos*, *maior*, *menor*, *melhor*, *pior*), *qual* ou *como* (após *tal*), *como* ou *quanto* (após *tanto*, *tão*), *como*, *assim como*, etc” (p.196), através de orações ilustrativas: “Teresinha é *maior que* (ou *do que*) Hortência”; “O filho anda *tal qual* o pai: puxando a perna esquerda” e, “Recebeu *tantos* presentes *quanto* (ou *como*) o irmão” (p.196).



Bechara (2009), da vertente descritiva, expõe em sua gramática a concepção dos transpositores comparativos, que ocorrem “quando iniciam oração que exprime o outro termo da comparação” (p. 325), acrescentando, ainda, que elas podem ser assimilativas ou quantitativas. De acordo com o estudioso, a comparação é assimilativa quando visa incorporar uma coisa, pessoa, qualidade ou fato a outra que seja mais conhecida ou mais admirável. Os transpositores que se classificam como assimilativos, segundo o autor, são *como*, *qual*, em correlação com *assim* ou *tal*, conforme é visto na oração exposta por ele: “O medo é a arma dos fracos, como a bravura a dos fortes” (MM) (p. 325). Nota-se, aqui, que a *bravura* como sendo a *arma dos fortes* é vista como algo mais conhecido ou admirável, e, portanto, incorporado ao *medo* como *arma dos fracos*.

Em se tratando das comparações quantitativas, Bechara (2009, p. 326) define-as como as que visam comparar, ou na quantidade, ou na intensidade, pessoas, coisas, qualidades ou fatos. Elas podem se subdividir em comparações quantitativas de igualdade, de superioridade ou de inferioridade.

De modo geral, o que se observa, a partir das apresentações destas gramáticas, é que as conjunções comparativas são trabalhadas como termos cristalizados e canônicos, desconsiderando, por exemplo, o fato de que alguns itens linguísticos de origem categorial distinta podem exercer a função de conector comparativo, a depender da situação de uso. O professor pode trabalhar as orações subordinadas adverbiais comparativas a partir do que consta nas gramáticas tradicionais/descritivas, pois é oportuno o aluno poder compreender, inclusive, quais são os termos classificados prototipicamente como comparativos. No entanto, para demonstrar a necessidade de se levar em conta a pragmática nos estudos sintáticos, uma proposta interessante de ensino de conjunções comparativas à luz do Funcionalismo Norte-americano é a de se trabalhar em sala de aula com os itens *tipo*² e *feito*.

Nessa perspectiva, uma etapa seguinte, a ser realizada pelo professor, seria a de mostrar a origem categorial³ destes itens, a partir de situações concretas de uso da língua pelos falantes do português brasileiro:

- (01) F* Quando eu era criança o **tipo** de brincadeOra que eu mais gostava : por incrível que pareça eu [brin-] gostava de brincar só. (VALPB)
- (02) (...) com cabelo loirinho ... olho verde ou azul é o **tipo** mais comum Marcos ... nesse percurso que eu fiz ... (D&G)

² É importante ressaltar que, conforme Santos (2017) destaca em pesquisa, o item *tipo*, ao passar por processo de gramaticalização, também vem exercendo outras funções, como a exemplificativa e a de marcador discursivo.

³ O professor também pode fazer uso de dicionários para reforçar as origens categoriais de *tipo* e *feito*.



As ocorrências (01) e (02) apresentam exemplos em que o *tipo* se classifica como substantivo, sendo enquadrados, portanto, na categoria lexical. Vemos que em (01) o *tipo* foi utilizado com a finalidade de evidenciar o estilo de brincadeira que a informante mais gostava quando era pequena. Na ocorrência (02), o *tipo* tem a função de caracterizar a cor dos olhos predominante das mulheres do Rio Grande do Sul, isto é, segundo o informante, verde ou azul são as cores predominantes.

Dentre as funções exercidas por *feito* em categoria lexical, o professor pode destacar o seu funcionamento como adjetivo e como a forma nominal do verbo *fazer*, respectivamente:

(03) I: é e foi ... também muito bem **feito** né? o médico lá era ... era muito bom ... aí eu fiquei esse tempo lá e só no final de sema/ depois de um certo tempo é que ... que iam me visi/ que é ... eu pude receber visita né (D&G)

(04) (...) o professor quando chegou viu que tinha sido eu que tinha **feito** o serviço ... aí ele disse que tinha sido ele fazendo uma experiência ... eu não tinha dinheiro pra pagar aquele material todo do laboratório ... (D&G)

A ocorrência (03) mostra uma ocasião em que o item *feito* foi utilizado com função adjetiva, neste caso, gerada pela expressão *bem-feito*. Tal expressão foi utilizada para significar algo feito com esmero, de modo bem-acabado, para enfatizar o modo como o trabalho cirúrgico do médico foi feito.

Já a ocorrência (04) apresenta uma ocasião em que o item *feito* foi utilizado pela informante com função verbal, neste caso, mais especificamente com função de mais-que-perfeito composto do indicativo, (*tem feito*), para representar o ato de *fazer um serviço*.

A próxima etapa a ser realizada seria a de demonstrar que estes itens, em determinados contextos, podem exercer a função de conector comparativo:

(05) A gente resolveu se juntáø mesmo, né? Que a gente num: + quanø eu boli com ela, a gente não dormia junto, cada um na sua casa, a gente era **tipo** namorado, né? cada um na sua casa. {inint} a promotora disse, né? “você não tem o direito de i:ø dormiø com ela nem, enquanto você não resolveø assumi:ø ela”. (VALPB)

(06) E* E que sonhos você realizaria?

I* Sonhos? Eu acho abririria pra mim um shopping, um shopping, talvez, não seø se vai sêø um shopping **tipo** o Manaíra ali, um shopping. Abririria um mercado de trabalho para mim, falaria uma viagem pøa Europa, pøa i:ø para: vamoø dizêø, têø mais cultura e deøxáø de de vêø tanta coisa feøa que a gente vê aqui; pessoas mal educadas [sem edu] (risos) sem educação que nóys vemos, né? então eu acho que faria uma cultura pra mudáø talvez, quem sabe, é: entendêø um pôøquinho a cultura dos



ôtros e tentáø compreender essas pessoas que a gente vê aí, que tem gente que não sabe se comportáø em certos lugares, entendeu? É, gente grossa. (VALPB)

- (07) I: aí eu não podia dizer que tinha sido eu que tinha trancado ele ... né ... que foi que eu fiz ... joguei a chave no lixo ... e saí **feito** uma louca ... na escola ... procurando o diretor ... procurando o supervisor ... procurando o porteiro ... alguém que tivesse a chave pra abrir a porta ... aí ninguém tinha a chave ... (D&G)

Através desses dados, percebemos o nível de atuação do termo *tipo*, denominado pelos funcionalistas de gramaticalização, em que há a mudança de categoria lexical, plena, de substantivo, para uma categoria gramatical, mais dependente dos outros elementos presentes na sentença, sendo constituída de um valor textual e discursivo mais forte.

A fala exposta na ocorrência (05) apresenta como um de seus sonhos abrir um *shopping* que seja parecido com o *Shopping Manáira*: ‘(...) um shopping *como* o Manáira ali’.

Em (06), o informante utiliza *tipo* para falar da sua relação com outra pessoa, dizendo que era íntima *como se* fossem namorados. Assim, o item funciona como conector comparativo, já que há a comparação do seu relacionamento a um relacionamento entre namorados, tendo como consequência a neutralização das marcas de *tipo* como categoria plena (substantivo) e passando a assumir características de categoria secundária (conector).

A ocorrência (07) demonstra a utilização de *feito* juntamente ao termo *louca*. A informante faz uso do item com função conectiva comparativa, ao relatar uma experiência pessoal vivida durante o período escolar, em que ela inventou para seus colegas da turma que um de seus professores não ia poder dar aula e, os colegas acreditando na informação, foram todos brincar no corredor. Ao perceber que o professor havia chegado, a informante o trancou dentro da sala de aula para que ele não pudesse dar aula e foi brincar no corredor com os demais colegas de sala. No entanto, ao se dar conta do que havia feito, ela jogou a chave no lixo, para que ninguém soubesse que havia sido ela quem trancou o professor e foi avisar ao diretor que o professor estava trancado dentro da sala de aula.

Nesse contexto, a informante utiliza o *feito* para demonstrar o sentimento de aflição porque passara quando percebeu a gravidade do que havia feito, em que “saiu como uma louca” em busca da ajuda do diretor.

Assim como ocorreu com o item *tipo*, no item *feito* houve a mudança de categoria original (a forma nominal do verbo *fazer*) para poder chegar a outra categoria, isto é, a gramatical: *feito* (forma nominal do verbo *fazer*) > *feito* (conector). É oportuno o professor esclarecer que apesar de haver essa decategorização, o item, em sua função original, ainda permanece em uso constante, como já



foi verificado e, o *feito* conector comparativo passa a conviver com os demais conectores comparativos utilizados pelos falantes da língua portuguesa, inclusive com o item *tipo*.

Considerações finais

O trabalho teve como objetivo ressaltar a interdependência existente entre sintaxe, semântica e pragmática, com base, especificamente, na vertente do Funcionalismo Norte-americano, elucidando a importância da utilização desta corrente linguística no ensino do português brasileiro. Selecionamos um aspecto da língua - o uso dos conectores comparativos, na busca de demonstrar, de modo sucinto, como explorá-lo, nas escolas, à luz do Funcionalismo.

. Para isso, foram apresentados estudos realizados por linguistas funcionalistas que contribuíram para a percepção acerca da necessidade e importância de se levar em conta aspectos advindos da pragmática, tais como os contextos de uso e os propósitos comunicativos do falante ao interagir com o interlocutor com vistas a alcançar o uso de uma linguagem produtiva e eficaz. Posteriormente, foi apresentada, de forma sucinta, etapas de como o professor pode realizar uma aula sobre o uso dos conectores comparativos baseada na perspectiva funcionalista. Foram demonstrados que os itens *tipo* e *feito* como de origem categorial distinta, exercem, em determinadas situações de uso, a função de conector comparativo.

Com base nos estudos funcionalistas, torna-se perceptível que a língua não se reduz a um simples conjunto de elementos que se articulam, mas abrange uma construção sintaticamente compreendida e aceita pelos seus usuários através de “negociações” dos processos comunicativos que geram diferentes significados e referentes. Assim, a língua se configura como um processo que envolve um arranjo linguístico (sintaxe), os sentidos que esse arranjo produz (semântica) e o cumprimento de maneira eficiente dos propósitos sociocomunicativos dos interlocutores (pragmática). Daí, podermos afirmar a possibilidade de o professor conduzir as aulas de gramática sob a perspectiva funcionalista, já que para os funcionalistas a gramática é conceituada como uma estrutura emergente, maleável e sujeita às determinações do discurso, em que os fatores de natureza pragmático-discursiva não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como atuam na seleção e organização de determinados elementos gramaticais nas sentenças.



Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. **D.E.L.T.A.**, s/l, Vol. 1, n 1, p. 395-407, 1991.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. **Veredas, revista de estudos linguísticos**. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, pp. 61-70, 2009.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura (org). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Discurso & Gramática, 1996.

NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A interface sintaxe, semântica e pragmática no funcionalismo. **D.E.L.T.A.**, 33.1, pp. 25-43, 2017.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. **A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista**. Matraga: Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan.-jun., 2009, p. 97-114.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: Anna Cristina Bentes; Fernanda Mussalim (org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.



II CONGRESSO
BRASILEIRO SOBRE
LETRAMENTO E
DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM

SACCONI, Luís Antônio. **Nossa gramática**: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atual, 1983.

SANTOS, Aymmé Silveira. **A gramaticalização dos itens *tipo* e *feito* em função de conector comparativo**. Dissertação de Mestrado em Linguística. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.